

Landim atribui a ‘amigos’ US\$ 1,7 mi em sua conta

Raimundo Paccó

O deputado Paes Landim (PFL-PI), em longo depoimento prestado à CPI do Orçamento, não conseguiu explicar o volume de sua movimentação bancária nos últimos cinco anos — segundo levantamento da Subcomissão de Bancos, atingiu cerca de US\$ 1,7 milhão. Ele admitiu que recebeu doações ilegais para sua campanha em 1990. “Nesse ano, tive ajuda de muitos amigos e recebi adiantamentos de trabalhos de advocacia para fazer frente às despesas de campanha”, disse Landim.

“Não sei se consegui convencer, mas minha consciência está tranquila”, disse Landim, após o depoimento.

“O deputado precisa explicar essa movimentação financeira acima da média”, disse, depois do depoimento, o relator Roberto Magalhães (PFL-PE).

“Ficaram muitos pontos sem explicação. Há depoimentos que parecem queijo suíço: têm buracos, mas consistência. Já o do Landim foi uma peneira, só teve furos”, afirmou o líder do PDT, Luís Salomão (RJ).

Landim, que adotou uma postura humilde em seu depoimento, contestou as cifras de sua movimentação bancária apresentadas pela CPI. “Não batem com os números que consegui levantar, com a ajuda de meu modesto contador”, disse. Em 1990, por exemplo, a CPI chegou à conclusão de que ele recebeu créditos no valor de US\$ 803 mil. “Nas contas do meu contador não chegaram a US\$ 500 mil”, alegou. Landim vai se reunir agora com a Subcomissão de Bancos, para checar as discrepâncias entre os dois levantamentos.

Adiantamentos — Para o parlamentar, a diferença pode ser explicada pelo fato de ele, quase todos os meses, pedir adiantamento de seus vencimentos à tesouraria da Câmara. Como esses empréstimos eram pagos posteriormente, através de cheques, suas contas registravam dois créditos (o do adiantamento e o do lançamento dos proventos), para apenas uma entrada efetiva de dinheiro. O deputado Aloízio Mercadante (PT-SP) não ficou satisfeito com a explicação. “Isso, no máximo, poderia dobrar seus créditos. Mas eles são pelo menos três vezes superiores aos seus rendimentos declarados”, rebateu Mercadante.

Landim disse que desde que retornou à política, em 1986, seu patrimônio pessoal diminuiu. “Antes, eu tinha um excelente apartamento e ia à Europa todo ano. Agora, não posso e tive de vender o imóvel, para financiar minha campanha em 1986. Hoje, moro num apartamento da Câmara”. O argumento pareceu convencer o senador Pedro Teixeira (PP-DF), que foi em seu socorro: “Vossa excelência, como dizem os jovens, tornou-se um ‘durango’”. Nessa CPI já passaram muitos casos de enriquecimento ilícito. O seu é de empobrecimento lícito”.

Pressão — A maioria da CPI, porém, não teve a mesma boa vontade com Landim. Salomão o pressionou duramente, citando os números de sua movimentação bancária: US\$ 290 mil, em 1989; US\$ 833 mil, em 1990; US\$ 300 mil, em 1991; US\$ 275 mil, em 1992, e US\$ 77 mil até agosto deste ano. Salomão perguntou se ele, como



Landim: “Não sei se convenci mas tenho a consciência tranquila

DENÚNCIAS NÃO RESPONDIDAS

- **Movimentação Bancária** — Sem nenhum patrimônio ou atividade que justificasse o ingresso de US\$ 1,7 milhão em suas contas, o deputado Paes Landim negou-se a dar qualquer explicação sobre a origem dos recursos de sua movimentação bancária. No fim do seu depoimento, o relator Roberto Magalhães (PFL-PE) exigiu que ele se explicasse posteriormente à Subcomissão de Bancos da CPI. Disse que sua contabilidade aponta apenas US\$ 500 mil de ingresso em suas contas, proveniente de recursos de campanha.
- **Esquema das Empreiteiras** — Paes Landim não teve como negar a denúncia do empreiteiro Onofre Américo Vaz, dono da Servaz, de que era um dos parlamentares que patrocinava as emendas de interesse da empreiteira. Uma dessas emendas destinou US\$ 14 milhões para a construção do Açude de Genipapo em 1989. Nestes quatro anos, mais de 50% dos recursos já foram pagos, mas a obra não passou de 25% de seu cronograma. Landim se defendeu dizendo que não apresentou emenda para beneficiar a empreiteira, mas sua região, a cidade de São João do Piauí.
- **Esquema de Subvenções** — Em 1992, conseguiu alocar com o ex-ministro da Ação Social Ricardo Fiúza uma verba de CR\$ 100 milhões para a Fundação Anísio Teixeira, dirigida por sua família no Piauí. Auditoria do TCU comprovou o desvio da verba e irregularidades como falta de balanço, falta de contabilização dos recursos recebidos e notas frias para prestação de contas.
- **Desvio de Verbas para Eletrificação Rural** — Em 1988 patrocinou um convênio firmado entre a prefeitura de São João do Piauí e o Ministério das Minas e Energia para execução de obras de eletrificação nos distritos de Cambraia, Espírito Santo e Santa Tereza. Foram liberados US\$ 28 mil para a prefeitura, que era administrada pelos cunhados do deputado: Maria José Paes Landim e José Paulo de Souza. Mas as obras acabaram sendo feitas pela Cepisa (Centrais Elétricas do Piauí).

deputado, prestava serviços de advogados a empresas. Landim confirmou e ressaltou que isso não tem nada de ilegal, desde que não envolva causas contra a União. “Por que, então não incluiu os honorários em suas declarações de renda?”, insistiu o parlamentar fluminense. Landim argumentou que prestava serviços a três empresas, sem pagamento efetivo, em retribuição a adiantamentos feitos para ajudar sua campanha. “Isso é sonegação. Receber de empresas e não declarar é sonegação”, concluiu Salomão.

Serenidade — O deputado piauiense ficou tão desconcertado que, ao ser inquirido em seguida por Mercadante, chamou-o várias vezes de Salomão, arrancando seguidas gargalhadas do plenário. Depois de repetir o lapso quase dez vezes, Landim pediu desculpas a Mercadante: “Cometi uma injustiça. Vossa excelência é mais sereno que o deputado Salomão”.

“Não precisa se explicar, deputado. Freud explica”, brincou o parlamentar petista.

Landim negou a acusação de que teria apresentado emendas para favorecer a empreiteira Servaz. Documentos da empresa apreendidos pela CPI trazem o nome do deputado ao lado da percentagem de 3%. Landim disse que teve apenas duas emendas aprovadas nos últimos anos. Uma delas, a da construção de um trecho de uma estrada até Picos (PI), entregue a um Batalhão de Engenharia do Exército. A outra, o açude de Genipapo, também no Piauí, está a cargo da Servaz. Segundo Salomão, que visitou a região, a obra está muito atrasada e a licitação foi feita em condições muito estranhas. “Foi uma concorrência viciada”, garantiu Salomão.

“Apresentei a emenda antes da licitação. Para mim, é indiferente quem está fazendo o açude. O importante é a obra”, devolveu Landim.